

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Ricardo Bastos Machado

**TRAJETÓRIA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF A PARTIR  
DA RECONSTRUÇÃO DA CONJUNTURA POLÍTICA DESDE AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE  
2013**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Raul Francisco Magalhães

Juiz de Fora  
2017

## **DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Eu, Ricardo Bastos Machado, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201573083, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado TRAJETÓRIA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF A PARTIR DA RECONSTRUÇÃO DA CONJUNTURA POLÍTICA DESDE AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2014, desenvolvido durante o período de 06 de março de 2017 a 04 de julho de 2017 sob a orientação de Prof. Dr. Raul Francisco Magalhães, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 04 de julho de 2017

---

**Ricardo Bastos Machado**

# TRAJETÓRIA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF A PARTIR DA RECONSTRUÇÃO DA CONJUNTURA POLÍTICA DESDE AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

Ricardo Bastos Machado<sup>1</sup>

## RESUMO

Esse trabalho visa elucidar a trajetória histórica do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Este estudo basear-se-á em imagens, vídeos e artigos do citado período político brasileiro. Para tal, procurarei desenvolver uma linha de raciocínio a partir do contexto histórico das manifestações de Junho de 2013, sua continuidade no ano eleitoral de 2014, o pós eleitoral e o ano 2015, o terceiro turno, sentimento antipetista, a eleição do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para presidência da Câmara dos Deputados e o papel desempenhado por ele na abertura e continuidade do processo de impeachment da então presidente eleita para o seu segundo mandato, Dilma Rousseff. Pretendo analisar neste trabalho o papel desempenhado pelos principais veículos de comunicação da grande mídia durante o processo eleitoral de 2014 e o pós-eleitoral ou terceiro turno. Ilustrarei a trajetória política do deputado federal Eduardo Cunha. Como o ator político utilizou das prerrogativas do cargo de presidente da Câmara dos Deputados em seu favor e ao grupo político que ele dizia representar. O aporte teórico deriva de autores como Max Weber, Nicolau Maquiavel, Raul Magalhães, Jessé de Souza. Somado a estes e outros autores, junta-se à pesquisa material retirado de artigos acadêmicos, jornais da época, blogs e redes sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Manifestações Junho de 2013. Política. Impeachment. Mídia. Eduardo Cunha.

## 1. INTRODUÇÃO

Os protestos de Junho de 2013 a princípio vieram à tona em reivindicação contra o aumento da passagem do transporte público na cidade de São Paulo. Após violenta repressão policial e o uso desmedido da força por parte do governo paulista, comandada pelo governador Geraldo Alckmin, o movimento ganhou rapidamente a atenção e a simpatia do grande público, ganhando adesão pelas ruas em diversas cidades pelo país e até mesmo no exterior.

Em seu auge, as manifestações arrastaram milhares de pessoas, que somaram as insatisfações em relação ao aumento da passagem com outras demandas e carências vividas diariamente pela população brasileira. A variedade de temas era abundante: insatisfação com a baixa qualidade dos serviços públicos de saúde, educação, transporte, rejeição popular em relação a corrupção endêmica vivida no Brasil. Importante lembrar, que, em 2013, o governo estava investindo um enorme aporte financeiro em arenas para a realização da Copa do Mundo da Fifa 2014, além da Olimpíada do Rio de Janeiro no ano de 2016, bem como o investimento na infraestrutura necessária para realização destes eventos no país.

Nestas primeiras manifestações populares de 2013, observou-se um rechaço em relação a participação de partidos políticos, e ao mesmo tempo, um desejo de política direta, há muito não vista no país; encabeçada, num primeiro momento, pelos jovens nas ruas. Importante destacar que as primeiras manifestações contra o aumento da passagem do transporte público surgiram a partir de um movimento de esquerda, intitulado Movimento Passe Livre, sendo convocadas as manifestações pelas redes sociais. As reivindicações, neste momento, se concentravam numa melhor readequação dos recursos públicos em áreas vitais para uma melhor viver da população, e em nada acenavam com a possibilidade de um clamor popular por uma ruptura do processo democrático vigente no país até então. O que se observava era uma nova ótica social à esquerda, evidenciada no deslocamento e na falta de capilaridade social do Partido dos Trabalhadores (PT) com as forças que por mais de três décadas o partido quis e se dizia representar.

Junho selou um grande pacto da sociedade civil brasileira em torno da defesa dos direitos sociais e do combate à corrupção. Foram milhares de pessoas<sup>2</sup> às ruas, e o número de apoiadores seguramente esteve

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: ricardobtos@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Raul Francisco Magalhães.

<sup>2</sup> "A negação de Junho, quatro anos depois", Folha de S. Paulo, 13/06/2017.

numa ordem exponencialmente maior de pessoas. Um engajamento dessa envergadura chama a sociedade como um todo para um verdadeiro pacto social.

Como ponto de partida para uma análise de contexto, a partir desta primeira onda de protestos, se destaca a importância das novas tecnologias de informação e comunicação e como estas cada vez mais interferem nas estruturas sociais do nosso tempo. As movimentações via redes sociais foram de grande importância para que o movimento tomasse o corpo que tomou.

Paralelo a tudo que estava ocorrendo, o país começava a entrar em uma profunda crise econômica, derivada diretamente da crise mundial ocorrida no ano de 2008. Na época da grande crise, o Brasil pouco sofrera com a turbulência que arrastou a maioria das grandes economias mundiais, principalmente por conta da supervalorização das commodities nos mercados internacionais, atrelados a política de valorização da economia interna, promovidas pelos dois governos petistas de Lula.

Juntamente com este viés de crescimento econômico negativo, muitos analistas descreveram que, ao contrário de seu antecessor, a presidente Dilma se mostrava cada vez menos capaz de lidar com a realpolitik, conceito das ciências políticas que define a política como sendo a busca por resultados em oposição a uma política de princípios. Foi justamente por esta falta de habilidade em lidar com os mais diversos interesses envolvidos no jogo político democrático que o pacto que possibilitava a governabilidade no governo Dilma começou a ruir.

Segundo pesquisa Datafolha<sup>3</sup> realizada na época das manifestações, a popularidade da Presidente Dilma caiu 27 pontos em relação à última pesquisa, produzida no começo do mesmo mês. A avaliação positiva da Presidente caiu de 57%, antes da onda de protestos, para 30%. A queda foi ainda mais acentuada se levarmos em conta que sua aprovação era de 65% no mês de março daquele ano. Em relação ao número de brasileiros que julgavam a governo da Presidente ruim ou péssimo a apuração apontou para um crescimento significativo, subindo de 9% para 25% dos entrevistados.

Diante desta primeira onda de manifestações, ficou claro a imensa insatisfação popular com os rumos do país. Como resposta, a então presidente Dilma Rousseff veio a público, através de um pronunciamento em rede nacional, com a proposição de cinco medidas ou pactos nacionais<sup>4</sup>. Dentre esses pactos se destacava a proposição de uma Constituinte exclusiva para uma reforma política, a qual seria, de acordo com o projeto, depois de aprovado, submetida a um plebiscito popular.

A esta altura já estava claro o descolamento da mandatária do país junto ao congresso brasileiro. Sua falta de habilidade política agravava a crise institucional, que estava em um processo crescente de ruptura, prova disso foi que tais medidas caíram rapidamente no esquecimento.

Curiosamente, apesar desta falta de robustez da Presidente e de sua base parlamentar, já em franca decadência, e com a falência de seu poder de fogo para aprovar medidas de seu interesse, como foi o exemplo em relação ao pacote de medidas anticorrupção propostas por ela, uma proposta vingou, e de certa maneira foi uma mola mestra que serviu como uma das bases jurídicas que possibilitaram toda uma movimentação social e política para a continuidade do processo de impedimento da Presidente junto ao Congresso Nacional, iniciado em 2 de dezembro de 2015, pelo então presidente da câmara dos deputados Eduardo Cunha – a lei 12.850/2013 ou lei da delação premiada.

Após as manifestações de 2013, e também por conta delas, acontece uma virada decisiva, sobretudo no que se refere ao pacto formado desde o ano de 1994, pelos governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010), entre as elites econômicas, setores rentistas e o executivo. Principalmente nos governos petistas de Lula a manutenção deste acordo foi permitido através de uma continuação da política econômica herdada dos governos tucanos. Tal aceno ao acordo acontece com a famosa “Carta ao Povo Brasileiro”, documento com o qual o então candidato Lula conquistou a confiança do Mercado, sendo decisiva para sua vitória na eleição presidencial de 2002.

Ao contrário de seu antecessor, cuja habilidades políticas eram enormes, como o carisma e a capacidade de articulação, capazes de exercer um valor de dominação extremo sobre grande parte dos cidadãos. Dilma, pelo contrário, seria de certa forma uma antagonista de seu antecessor. Seu jeito truculento de lidar com os adversários, e até mesmo com os aliados que dela discordavam, aliadas a um quase zero poder de atração e sedução (oratória/postura corporal) e estilo duro se de ser. Por muitas vezes dificultando ainda mais o contato com seus eleitores e pares, através de uma falta quase abissal de comunicabilidade, tendo muitas dificuldades em tornar claras até as próprias declarações.

<sup>3</sup> “Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos”, Folha de S. Paulo, 29/06/2013.

<sup>4</sup> “Dilma anuncia pacote anticorrupção e oficializa entrega ao Congresso”, g1.globo.com, 18/03/2015.

Com o agravamento da crise econômica, o que um dia chegou a ser um paraíso do crescimento econômico e social começara rapidamente a desmoronar. Mas o que de fato aconteceu para que o rumo de uma movimentação de oposição à direita tomasse o corpo que tomou?

## 2 – Mudanças de rumo:

Para entendermos o processo de crise vivenciado pelo governo petista de Dilma Rousseff é preciso abordar um ponto crucial de ruptura. Caminhamos agora para o ano 2012, quando ocorreu uma mudança decisiva no que se refere a uma série de decisões do governo Dilma, principalmente em relação a política de juros. Tais mudanças na política econômica empregada pelo palácio do planalto foi decisiva para comprar uma briga com quem o governo não teria o cacife político suficiente para conseguir enfrentar à altura. Seria um embate com agentes sociais especiais, setores muitos organizados e influentes do Capital nacional.

Com uma mudança de postura em relação a política de juros bancários, o governo Dilma afirmava uma nova concepção de política econômica. A taxa Selic, referencial dos juros brasileiros, caiu nesse período de forma sucessiva. Em agosto de 2011 era de 12.5% , vindo de modo crescente a cair até atingir os 7.25% , datado de novembro de 2015 - a mais baixa taxa de juros da história do país. Em efeito de comparação, a taxa Selic mínima nos governos de FHC, em fevereiro de 2001, foi de 15.25%, com uma média histórica de 26.7%. Já nos governos Lula, a média foi de 13.79% , tendo como mínima os 8.75% , em julho de 2009.

Importante frisar que a taxa de 7.25% foi mantida neste patamar de novembro de 2012 a abril de 2013, mostrando a persistência do governo Dilma com esta política. Desta forma, o governo acenava com uma nova concepção de política econômica que destoava da praticada pelos seus antecessores. Além de baixar os juros da economia, a Presidente utilizou-se dos bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, para impulsionar uma queda real dos juros de operação de créditos diretos ao consumidor, incluindo nesta operação também a baixos dos juros do famigerado cheque especial.

Neste momento surgiram inúmeros discursos contrários em relação a política de juros adotadas pelo governo. Destaca-se dentre essas insatisfações um pronunciamento de um ex-economista chefe da Febraben, Roberto Luiz Troster, que expressou a insatisfação do setor:

O governo está determinado a baixar as taxas de juros bancárias. Para tanto, Banco do Brasil, Caixa e Ministério da Fazenda estariam preparando medidas para reduzir o custo do financiamento. O objetivo seria fazer as duas instituições ofertarem linhas de cheque especial, de aquisição de bens e de crédito pessoal a 2% ao mês. Com isso, forçariam as demais a emprestar mais barato. A ação do governo induziria a uma eficiência maior do sistema financeiro, compatível com sua sofisticação. Com isso, a inadimplência diminuiria, o consumo e o investimento seriam estimulados em especial das pequenas e médias empresas. Mas isso é inviável. Lamentavelmente, da maneira que está sendo lutada, é uma batalha perdida. Não é por falta de boa vontade ou de capacidade dos envolvidos. Sem subsídios ou prejuízos, não é possível. Os grandes bancos no Brasil não conseguem emprestar ao consumidor nesse patamar de taxas. Basta analisar seus balanços e verificar que as margens almejadas estariam deficitárias. "Crédito a 2% ao mês? Não vai dar certo".  
Folha de S. Paulo, 6/4/2012

Significante destacar a diferença em relação a discursos de anos anteriores, que sinalizam uma sintonia perfeita com a política econômica do Palácio do Planalto. Como foi o caso do banqueiro Olavo de Setúbal em discurso dado à Folha de São Paulo em agosto de 2006: "Lula está para ganhar a eleição e o mercado está tranquilo. Não tem diferença do ponto de vista do modelo econômico. Eu acho que a eleição de Lula ou do Alckmin é igual."

Interessante fazermos uma comparação: enquanto no Estados Unidos do Presidente Barack Obama as taxas de juros para estabilizar a economia na época giravam entre 0 e 0.25%, aqui no Brasil, o setor do Capital nacional achava inconcebível trabalhar com juros a 7.25% ...

A partir deste "rompimento" com setores importantes e influentes do Capital nacional, começaram a emergir, cada vez mais, discursos vinculados na grande mídia de descontentamentos com relação aos rumos da economia. Nesse ponto, discursos também contra as medidas de cunho social começaram a ganhar mais espaço na mídia. Espaço este que nunca fora totalmente abandonado por ela, mas que agora ganhara corpo. Foi dada a largada para uma confrontação de modelos e disputa de leitura da vida econômica. Começara a surgir uma nova opinião pública que se colocava de forma clara contra o governo.

Com a chegada do ano de 2014, a situação política da Presidente Dilma, como também do Partido dos Trabalhadores só se fez enfraquecer. Destaca-se, como um dos motivos principais, a falta de capacidade da mandatária em fazer o jogo político de uma forma plena, afim de atender os diversos interesses presentes na arena política. Além disso, denúncias pipocavam cada vez mais, atingindo em cheio a base de apoio do governo federal, com muitas de suas figuras mais relevantes envolvidos a diversos casos de corrupção.

Neste ponto, e em outros, observou-se quase uma total falta de habilidade do governo petista de Dilma em avaliar cenários, tanto presentes como futuros, prever ações; se tornar um ator com as rédeas do jogo político na mão. Essa truculência da forma "dilmista" de tocar os rumos da política, como também o modo incompetente de jogar o jogo visando um agir racional para atingir melhor os objetivos. Essa dificuldade nas diversas situações de conflito na arena política foi diretamente proporcional ao desarranjo cada vez maior do governo Dilma com sua base de apoio no Congresso Nacional.

### **3 – Ano de 2014 e o embate eleitoral**

“Como as ideias montam e justificam o mundo que nos cerca”.

A essa altura dos acontecimentos um projeto de desconstrução da imagem dos governos petistas frente a opinião pública estava em franco processo de construção, como atesta muitos órgãos especializados no assunto, como o Manchetômetro<sup>5</sup>. Tal ferramenta é fundamental para entendermos o modo como a grande mídia brasileira conduziu o processo eleitoral do ano de 2014.

A mídia enxergando, de forma muito competente, que não poderia mudar os ganhos sociais, como a diminuição da desigualdade e inclusão social, e os ganhos econômicos dos governos petistas, ditos de esquerda, mudou a narrativa a respeito deste período. A principal narração escolhida foi que, no período de governança do Partido dos Trabalhadores, o Brasil viveu um momento da plenitude da corrupção, em todas as instituições, e com todos os principais atores políticos do governo envolvidos, sendo praticamente o grande responsável pela crise econômica que vivenciamos nos dias atuais.

Com o advento de 2014, ano eleitoral, o país viu-se dividido em uma forte polarização nunca antes observada em governos petistas. A sociedade se encontrava rachada. De um lado, a esquerda da sociedade civil, de certa forma iludida pelos partidos, acreditava que os que se indignavam com a corrupção não passavam de cínicos que queriam, no fundo, reverter as conquistas sociais adquiridos nos anos petistas. Do outro lado, o da direita da sociedade civil, acreditava, estimulada em grande parte pela mídia, mas também por suas novas e velhas lideranças, que toda a corrupção vinha da esquerda, que era composta por petistas sem caráter algum, que eram os grandes e únicos responsáveis pela corrupção desnudada no país. Começara, na base da sociedade, uma descabida guerra entre os puros e os impuros, justos e injustos.

Com o processo de desconstrução do projeto petista em curso, promovido principalmente pelo oligopólio da grande mídia, através de um resgate de uma ideologia nacional, ideologia extremamente conservadora, que buscou, com sucesso, vincular a corrupção a uma demonização do Estado, e em contrapartida, vinculando como seu contraponto uma idealização do mercado como o único e verdadeiro espaço para a saída da crise. Se fez um uso seletivo da corrupção como se fosse uma característica exclusiva do funcionalismo público, e ainda mais exclusiva, de um funcionalismo público corrupto de esquerda.

Desde modo, o mercado como agente corruptor, como fica evidenciado na célebre operação Lava Jata, através das delações premiadas e acordos de leniência dos grandes empresários e empresas de diversos setores da economia, é deixado de lado ou poupado. Não se trabalha a ideia de uma corrupção político-empresarial. Há uma inversão da lógica da corrupção.

Utilizarei dados coletados pelo site Manchetômetro para basear a tese de como a grande mídia trabalhou de forma sistemática e concentrada em favor do candidato que representava melhor os interesses da elite econômica nacional, ou seja, o candidato Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

O filósofo italiano Antônio Gramsci nos disse: “Os jornais são aparelhos ideológicos cujo a função é transformar uma verdade de classe em senso comum, assimilado pelas demais classes como verdade coletiva. Isto é, exerce um papel cultural propagador de ideologia. Ela embute uma ética, mas também a ética não é inocente. Ela é uma ética de classe”.

---

<sup>5</sup> Manchetômetro site especializado no acompanhamento da cobertura da grande mídia, sobre temas de economia e política, vínculo ao Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP). O LEMEP tem registro no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e é sediado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Durante as eleições de 2014, o site funcionou como uma ferramenta de acompanhamento diário da cobertura da grande mídia sobre os principais atores políticos envolvidos na disputa. Tradicionalmente, a história da Nova República é norteada por tentativas de interferência política por parte da grande mídia, particularmente em períodos eleitorais<sup>6</sup>, como atestam vários estudos a respeito do comportamento da mídia. Fator que se altera, como veremos mais a diante, com a evolução exponencial da interferência da mídia pós período eleitoral. Como marco de referência temos a edição feita pelo Jornal Nacional do debate entre Lula e Collor. Curiosamente tal marco foi quebrado, como veremos, após a reeleição da Presidente Dilma Rousseff

Como objeto de análise tomarei por base a cobertura jornalística da política e da economia nos principais meios de comunicação do país: Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo, e o Jornal Nacional, da Rede Globo, noticiário televisivo líder de audiência.

Dentre o material disponível para a análise, destaco a cobertura acerca dos “escândalos”<sup>7</sup> envolvendo o PT (situação) e PSDB (oposição). A base de dados analisou os textos de capa publicados de janeiro a outubro do ano de 2014. A oposição recebeu destaque, no caso negativo, em 229 capas, enquanto a situação obteve um total de 688. Em outro gráfico, foi analisado as publicações mês a mês no mesmo período. Evidencio dois picos para cada candidato: mês de abril/2014 foi destacado 131 matérias de capa em desvantagem ao PT, contra 32 com relação ao PSDB, no mês subsequente. O segundo pico aconteceu no mês de setembro/2014, com 99 capas contra o PT e 13 contra o PSDB.

Em uma outra análise, o site resalta um estudo das “manchetes”<sup>8</sup>. Considera-se manchete somente o conteúdo mais importante e destacado da capa do jornal do dia nos três principais jornais com abrangência nacional (Folha de S. Paulo, O Globo e Estado de S. Paulo) dentro do período oficial de campanha, entre os dias 6 de julho e 25 de outubro do mesmo ano de 2014. O gráfico sublinhou 77 capas negativas, 135 neutras e 9 favoráveis em relação a presidente Dilma Rousseff. Já fazendo menção ao candidato de oposição Aécio Neves foram 9 em referência negativa, 97 neutras e 10 favoráveis.

Em relação ao engradamento econômico do governo de Dilma Rousseff temos um número total agregado das manchetes positivas e negativas acerca dos assuntos econômicos, referentes ao período até o dia 25 de outubro. De acordo com o gráfico apresentado foram 140 capas negativas contra apenas 6 positivas no mesmo período. Temos ainda nesta mesma época as manchetes sobre as instituições políticas e governança. No tocante as manchetes, ocorreram 249 negativas, 117 neutras e somente 4 positivas.

Já na parte referente as análises sobre a cobertura dos “partidos”<sup>9</sup> na corrida presidencial foi permitido observar os dados correspondentes ao acumulado da cobertura jornalística do começo do ano de 2014 até a véspera do segundo turno das eleições daquele ano. No gráfico analisado se tem um número total de capas favoráveis, contrárias e neutras. Com referência ao PT foram 395 capas com conotação negativa, 169 neutras e apenas 7 favoráveis. Já a cobertura sobre o PSDB destaca-se 83 capas contrárias, 98 neutras e 24 favoráveis.

Diante destes e de outros dados apresentados pelo site referência Manchetômetro, ficou evidenciado, através de dados empíricos, como a grande mídia trabalhou de forma tendenciosa no que tange a manipulação da informação durante o período da corrida presidencial de 2014, afim de beneficiar um grupo político em detrimento de outro. Para o professor Jessé Souza<sup>10</sup> uma crise econômica em si não produz nada. Toda a crise tem que ser necessariamente interpretada e essa interpretação que é o principal objeto na formação da opinião pública. Tal análise pode ser realizada de diversas maneiras. A maneira encontrada pela grande mídia foi privilegiar fortemente as narrativas contrárias a Presidente Dilma.

Mesmo diante dos dados empíricos expondo como a corrida presidencial do ano de 2014 foi conduzida pelos grandes meios de comunicação, claramente contra a posição de reeleição para o quarto mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores, a candidata petista Dilma Rousseff se saiu vitoriosa nas urnas. Mas os números de sua reeleição representaram como a sociedade se encontrava estava dividida. Os votos da chapa Dilma (PT) somaram 54.5 milhões aproximadamente ou 51.64% dos votos válidos, enquanto a chapa de Aécio (PSDB) recebera pouco mais de 51 milhões de votos ou 48.36% do total. Essa diferença foi a menor da história brasileira quando analisamos as votações realizadas em dois turnos, uma distância de menos de 3% entre a chapa vencedora e chapa derrotada.

---

<sup>6</sup> “O terceiro turno de Dilma Rousseff”, por João Feres e Luna Sassara, dez/2016

<sup>7</sup> “Escândalos”, Manchetômetro, 03/10/2014

<sup>8</sup> . “Manchetes”, idem, 01/08/2014

<sup>9</sup> “Partidos”, idem, 19/07/2014.

<sup>10</sup> “Sala de visitas: Golpe de 2016 e aprofundamento da crise”, JornalGGN, 01/02/2017.

#### 4 – O terceiro turno:

Apesar de conquistar a vitória eleitoral para a Presidência, em seu quarto mandato consecutivo, e de ter emplacado a maior bancada no Congresso Nacional, o Partido dos Trabalhadores e sua maior expoente, a Presidente reeleita Dilma Rousseff, pareceram ter saído das urnas derrotados.

Múltiplas são as análises do contexto para podermos apontar o porquê dessa realidade, no mínimo discrepante, em relação ao demais períodos pós-eleitorais da Nova República.

Diversos estudos sobre mídia e eleições no Brasil têm identificado uma propensão reiterada dos principais veículos de comunicação do país para cobrir negativamente candidatos do campo da esquerda durante eleições presidenciais (ARRUDA, 1995; MIGUEL, 2002). Curiosamente, os principais meios de comunicação romperam com a tradicional “lua de mel”, conceito formado por acadêmicos ingleses para relatar um relativo período de calma pós-eleitoral no qual o político conta com um certo resfriamento das tensões que definem o período eleitoral (JOHNSON, 1983; NORPOTH, 1984). O que se observa através de dados empíricos<sup>11</sup> que ocorreria justamente o contrário. O mandato de Dilma passou a ser acossado pela oposição antes mesmo de sua posse oficial, contando com a anuência da grande imprensa, que adquiriu uma postura ainda mais contrária à presidente do que havia ocorrido durante o período eleitoral.

Tomando por base os dados analisados (JÚNIOR, SASSARA, 2016) a cobertura negativa em relação à Presidente Dilma pelos três principais jornais saltou de 96 capas contrárias em outubro de 2014 para 229 contrárias em janeiro, primeiro mês de governo pós-reeleição. Em março, terceiro mês, o crescimento continua acentuado totalizando 322 capas. Observa-se um aumento real de mais de 300% em relação ao fim do período eleitoral.

O mesmo não aconteceu quando analisamos os dados referentes ao principal adversário político de Dilma naquele momento, o candidato derrotado nas urnas e líder do principal partido de oposição, Aécio Neves. Neste caso, as inúmeras denúncias contra Aécio parecem não ter reverberado na mesma proporção que as de sua adversária política. Os dados coletados comparando um ao outro são tão discrepantes que apontam “para um nível de politização e militância midiática em tudo incompatível com o funcionamento de uma democracia moderna.” (p.9, 2016).

No sentido econômico podemos destacar uma perda de resultados satisfatórios do governo Dilma. Defronte a uma crise econômica mundial aguda, com viés claramente recessivo, com a Europa e seu Capital em profunda crise, sob riscos de quebra da Grécia; os EUA em recuperação, crises geopolíticas diversas; e principalmente, no caso brasileiro, de uma real desaceleração da economia Chinesa, nosso maior parceiro comercial. Como resultado, o governo Dilma se viu impossibilitado de manter-se sozinho, apesar de preservar as taxas de emprego em alta, de dar continuidade aos subsídios internos, antes possíveis devido a uma economia pujante. O déficit fiscal em franca ascensão, atrelado a queda do PIB e uma inflação em elevação ajudaram a minar a Presidente diante da opinião pública.

Apesar de manter as taxas de emprego em alta, o desgaste da política econômica, que gastou todas as fichas para adiante do equilíbrio fiscal, atrelado a um não crescimento econômico, principalmente no terço final de seu primeiro governo deram o tom das críticas ao governo. Todo este pacote atado ao massacre seletivo midiático ligando o avanço da Operação Lava Jato e a crise de corrupção da Petrobras ao período de governo do PT serviram de base para um novo (ou velho) sentimento, agora legitimado, em uma parte significativa da sociedade brasileira – o antipetismo.

#### 5 – Sentimento antipetista e o desenrolar dos fatos:

Todo este quadro de tensão, e produção de tensão, que o país vivia formaram a base para o florescer, ou a legitimação de um sentimento já presente em parte da sociedade – o antipetismo.

Como disse Tales Ab’Sáber em seu livro *Dilma Rousseff e o Ódio Político*:

Estas tensões políticas, clivagens e afastamentos sociais reais do governo Dilma Rousseff foram a base da convocação de um outro tipo de agente social, que acabou por ser a fera de ataque mais dura, organizada e eficaz, para a corrosão atual da mística petista. Com o realinhamento gradual e real do grande capital contra o governo, o homem conservador médio, antipetista por tradição e anticomunista por natureza arcaica brasileira mais antiga –

<sup>11</sup> “O terceiro turno de Dilma Rousseff”, Saúde Debate. Rio de Janeiro, v-40, p. 176-186, Dez/2016.



um homem de adesão ao poder por fantasia de proteção *patriarcal e agregada*; fruto familiar do atraso brasileiro no processo da produção social moderna – pode entrar em cena como força política real, deixando de expressar privadamente um mero ressentimento rixoso, carregado de contradições, contra o relativo sucesso do governo lulo-petista, que jamais pode ser verdadeiramente compreendido por ele.

O acesso das camadas mais populares ao que antes era exclusivo da elite fez com que o cidadão médio, que se enxergava parte dessa realidade, privilegiada e excludente, desenvolvesse ou explanasse de forma mais clara o racismo e discriminação que antes estava presente de forma mais velada no ambiente íntimo e nas rodas de conversas privadas. Numa sociedade com uma matriz escravocrata como a nossa é intolerável mudanças, mesmo a inacabada redistribuição promovida pelos governos petistas.

A mídia de forma inteligente percebeu esse vácuo entre o governo e parte da sociedade e fez uso de um jogo de emoções e ódios não refletidos, dando um canal “pseudo racional” para este cidadão se manifestar como um herói que vai a campo combater o “inimigo”, no caso o governo do PT. Este não mais se enxerga como um insensível que não quer que os pobres melhorem de vida, mas justamente o contrário, é o defensor da moralidade e da nacionalidade. Esta fração da classe média, que havia perdido quatro eleições seguidas, adere de forma como nunca vista na história da redemocratização.

Essa parcela importante da sociedade sai às ruas e é vendida como o “povo na rua” pelos canais de comunicação. Não se observa uma contra narrativa a esta realidade, seja por uma inoperância da esquerda brasileira ou por uma total falta de espaço na mídia para o contraditório.

Atrelado a tudo isto houve o financiamento<sup>12</sup> a grupos de direita como Movimento Brasil Livre (MBL) por partidos políticos. Tais movimentos foram fundamentais para insuflar ainda mais a população contra o governo.

Há um novo embaralhamento das cartas. O governo atolado em denúncias constantes de corrupção e desvios de dinheiro, confessada inclusive por vários réus em juízo; com milhares de pessoas das classes mais altas da sociedade nas ruas manifestando e pedindo a saída da mandaria do país, numa clara manifestação seletiva de indignação. Essa nova ampla direita, com todos os seus arcaísmos e preconceitos de classe toma o espaço que antes historicamente era ocupado pela esquerda, anunciando algo ainda mais ambivalente e profunda: “a das estruturas de enunciação de alguma real perspectiva à esquerda neste campo (...) esta nova direita visa banir do espaço público a ideia de qualquer reparação ao andamento infernal do mercado no Brasil possa ser desejada. (p.25, 2015).

## **6 – Fator Eduardo Cunha:**

A trajetória<sup>13</sup> na vida pública do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara dos Deputados à época do impeachment da Presidente Dilma Rousseff, e ator fundamental para a abertura e continuidade do processo, teve início no governo Collor, quando foi alçado, no ano de 1991, à presidência da Telerj, já sendo alvo da primeira suspeita, de fraude em licitações e superfaturamento. Na época, por essa denúncia, o sindicato dos Trabalhadores em Comunicação do Rio de Janeiro exigia a sua saída da presidência da companhia telefônica estadual, seria ele “um collarido na presidência da Telerj”, alusão clara ao ex-presidente Fernando Collor de Mello.

Seu primeiro partido foi o PRN (Partido da Reconstrução Nacional) que em 1989 ajudou a eleger Collor Presidente. Foi o tesoureiro do comitê de campanha no Rio de Janeiro. Neste período teve um importante padrinho político, Paulo Cesar Farias, o PC Farias, braço direito de Fernando Collor à época.

Eduardo Cunha concentrou sua carreira política no estado do Rio de Janeiro. Atuou como subsecretário de Habitação e posteriormente presidente da Companhia Estadual de Habitação (Cehab) na gestão do governador Anthony Garotinho. Se candidatou pela primeira vez em 1998 a deputado estadual, obtendo a suplência com 15 mil votos. Em 2002, com o apoio de Anthony Garotinho, lança sua candidatura a deputado federal, sendo eleito com 101.485 mil votos. Na época era filiado ao PP. Em 2003 deixa a sigla e se filia ao PMDB. Desde então, Cunha foi reeleito de forma sucessiva, apresentando uma ascensão significativa no número de votos, chegando a 232.708 votos na eleição para deputado federal no ano de 2013.

Homem ligado ao movimento político de massas das Igrejas Evangélicas Neopentecostais, mais precisamente à Assembleia de Deus, pautou grande parte de sua atuação como deputado dialogando com os

<sup>12</sup> “Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment”, UOL, 27/05/2016.

<sup>13</sup> “A carreira política de Eduardo Cunha”, G1, 07/07/2016.

anseios desses setores da sociedade. Como por exemplo, em 2011, quando propôs um projeto de lei “dia nacional do orgulho hétero”. Dizia estar atuando em proteção da “maioria discriminada”. Em outra passagem ele disse: “Estamos vivendo a fase dos ataques, tais como a pressão gay, a dos maconheiros e abortistas. O povo evangélico tem que se posicionar.”

Político ardiloso ganhou prestígio entre os seus pares graças ao seu grande poder de articulação e persuasão. Em março de 2013 é eleito líder de seu partido na Câmara, sendo reeleito em 2014.

Pegando carona no desgaste e enfraquecimento político do governo e da base parlamentar da Presidente Dilma, Cunha se torna um dos principais articuladores do chamado “bloco”, grupo informal de oito partidos criado para pressionar o governo federal em votações na Câmara, além da busca por maior espaço, exigindo mais cargos para os “aliados”.

Já antevendo a dissolução da base de sustentação do governo petista no congresso, Cunha disse: “Eu acho pouco provável o sucesso de uma candidatura do PT em qualquer disputa contra qualquer um, e não vejo dentre os Deputados do PMDB nenhuma vontade de apoiar uma candidatura do PT [à presidência da Câmara]”. E completou: “Até para a governabilidade é melhor que se tenha alguém que seja representativo de uma maioria, que tenha capacidade de discussão e que esteja completamente distante do centro da polarização eleitoral que aconteceu”.

Diante do quadro de quase falência do poder de articulação do governo petista, Eduardo Cunha é eleito presidente da Câmara dos Deputados em 1 de fevereiro de 2015. Sua vitória, por 276 votos a 136, contra Arlindo Chinaglia, candidato do governo, representou a ascensão definitiva de um político que sempre buscou a ação, pautado na força social real da massa de evangélicos, popular e moralista que se dizia representar.

Desde a sua posse como presidente da Câmara, Cunha emplacou com sucesso, e em um ritmo vertiginoso, propostas que vinham claramente contra temas, pautas e princípios do governo petista da Presidente Dilma. A organização e articulação pessoal de Cunha junto ao grupo de deputados que o ajudara a se eleger, o chamado “centrão”<sup>14</sup>, contrastava com a dissolução geral da política petista.

Cunha se mostrou, desde o início de seu mandato frente a presidência da Câmara, um ator político extremamente inteligente e com uma capacidade inversamente proporcional a da sua “adversária” Dilma, de usar a seu favor a lógica da política e do poder. Não se furtou em exercer ao máximo o seu poder. Se alinhou as suas bases declarando, como primeiro ato, que o tema do aborto não seria discutido sob o seu mandato. E, ao mesmo tempo, alinhando ao grande sistema da mídia, dizendo não a regulação do setor.

Representado por uma força social real da massa de evangélicos, aliado as camadas mais ricas da sociedade que estavam frequentemente nas ruas, muitos sob o slogan “somos todos Cunha”. Ele seria uma “espécie pós-moderna de amplo populismo conservador, de fantasia de restauração, meio religiosa, meio moral, meio midiática” (p.48, 2015). Fez questão de não esconder o desejo de ocupar espaço na política com seu caráter conservador e sua ação autoritária.

Este era o homem que a direita brasileira há muito não possuía com tamanho poder. Hábil, estruturado e profundo conhecedor dos meandros do congresso nacional. Em apenas dois meses à frente da Câmara, Cunha proporcionou inúmeras derrotas políticas ao governo Dilma. Dentre elas, duas históricas: a primeira foi a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça da proposta de diminuição da maioridade penal no Brasil e a aprovação em plenário de uma ampla lei de terceirização do trabalho no Brasil, proporcionando a um governo dito de esquerda a maior derrota nas leis trabalhistas brasileiras desde a sua implementação, no governo de Getúlio Vargas.

Paralelo a tudo isso, Cunha, assim como inúmeros outros parlamentares, estava sendo investigado por diversos crimes pela Operação Lava Jato. Ele se defendia, atacando. Usava a todo o momento das prerrogativas do cargo para pressionar seus adversários. Em 17/07/2015<sup>15</sup> oficializou seu rompimento com o governo alegando que o Palácio do Planalto estava querendo prejudicá-lo com as investigações da Operação da Polícia Federal. Como retaliação anunciou a abertura de duas novas CPIs para tentar impor mais desgaste ao governo: as CPIs do BNDS e a dos Fundos de Pensão.

O deputado ainda encaminhou ofício solicitando a alguns deputados aliados que reescrevessem novamente os pedidos de impeachment da Presidente Dilma. Informou ainda que estava para receber parecer jurídico sobre pedido de impeachment. A guerra entre os poderes estava definitivamente aberta como destacou um deputado opositorista: “A guerra fria virou guerra total. Haverá destruição de parte a parte.”

<sup>14</sup> Bloco informal de 13 partidos que soma cerca de 220 parlamentares, cerca de 40% do total de deputados na Câmara.

<sup>15</sup> Eduardo Cunha anuncia rompimento com o governo e diz que é ‘oposição’, G1, 17/07/2015.

Dentro do desenrolar dos fatos a turbulência entre os poderes, executivo e legislativo, só fez aumentar. Em um movimento crucial do governo para tentar frear o ímpeto de seu desafeto, a bancada PT na Câmara decidiu<sup>16</sup> que seus três integrantes dentro do Conselho de Ética que investigava o deputado Eduardo Cunha votariam a favor da continuidade das investigações. O voto dos integrantes do PT foi decisivo para que as investigações por quebra de decoro parlamentar pudessem ter continuidade dentro do Conselho contra o presidente da Câmara.

Em uma rápida reação, Eduardo Cunha, anunciou, na noite do mesmo dia, que estava autorizando<sup>17</sup> o pedido de abertura de processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Cunha aceitara o pedido protocolado pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal. Ao apresentar o pedido, os advogados usaram como argumento a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que rejeitara as contas do governo de Dilma em 2014. Neste pedido foram incluídas as chamadas “pedaladas fiscais”, nome dado à prática do Tesouro Nacional de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos públicos e autarquias, como o INSS.

Curioso notar que tais práticas, de atraso em repasses do Tesouro Nacional a bancos públicos, foram adotadas também pelos governos anteriores ao de Dilma, mais precisamente os de FHC (PSDB) e Lula (PT). O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, disse em esclarecimento à Câmara sobre as pedaladas fiscais: “Todas essas ações já foram realizadas em governos passados e nunca consideradas irregulares pelo TCU. Transformar isso num apontamento é incoerente com a série histórica”.

Em um movimento crucial para que pudesse se legitimar perante a sociedade toda essa movimentação, de setores importantes e influentes, observou-se a cooptação do partido corporativo do judiciário, através de uma proposta de aumento salarial significativo<sup>18</sup>. Partido formado por uma casta jurídica de vários órgãos. Casta social possuidora de altíssimos salários, principalmente em relação a imensa maioria da população do país; além de inúmeros benefícios e privilégios. Grande parte dessas pessoas possuem uma origem social comum, portanto, pensam o mundo e a sociedade conforme essa origem social, se sentindo acima dos demais cidadãos do país.

O partido corporativo do judiciário foi o receptáculo ideal para ser o guardião da moralidade, logo, capaz de legitimar o andamento do processo, dando o aval jurídico para toda a articulação que tornou possível o impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das manifestações de Junho de 2013 houve uma distorção sistemática da realidade, por diversos atores, como a mídia e os partidos políticos de oposição, braços visíveis do grande capital financeiro e rentista, de tal modo que tais manifestações, locais, e de certa forma espontâneas, fossem montadas afim de atingir a presidente; o que efetivamente aconteceu.

O que se observou foi uma “tempestade perfeita” que tornou possível que tal orquestramento fosse realizado. Estes setores da sociedade detêm uma visão de mundo, da sociedade e do Estado bastante semelhante, decorrente de uma visão de direita. No caso, uma visão de uma direita mais elitista, que se sentiu contrariada com as modificações que estavam sendo implementadas no Brasil pelos sucessivos governos petistas.

Um ator racional ideal seria aquele capaz, de articular os meios e os fins afim de obter o melhor dos seus objetivos. Neste contexto tivemos dois atores opostos: Eduardo Cunha e Dilma Rousseff. O primeiro, Eduardo Cunha, foi um ator mais capaz de projetar o futuro e as ações dos outros. Foi um melhor ator racional com respeito aos fins. Já Dilma Rousseff manteve uma ética finalista até o fim de seu mandato, não sendo um ator racional capaz de lidar com dificuldades que seu governo enfrentou.

Teoricamente, todo o líder que ascende pela mão do outro terá inúmeros obstáculos para exercer o poder. Dilma não foi uma líder política com um enraizamento ou capilaridade popular, ela ascendeu ao poder pelas mãos de seu antecessor, Luís Inácio Lula da Silva. Influência derivada diretamente do sucesso econômico e social de seus dois governos.

A presidente Dilma e o PT articularam mal com as estruturas do poder, como a imprensa, a Justiça e o Ministério Público. Houve uma enorme dificuldade no entendimento de como o jogo político é desenvolvido.

<sup>16</sup> “PT decide votar contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética”, EBC, 02/12/2015.

<sup>17</sup> “Eduardo Cunha autoriza abrir o processo de impeachment de Dilma”, G1, 02/12/2015.

<sup>18</sup> “Senado aprova aumento de até 78% para servidores do Judiciário”, G1, 01/07/2015.

Perdeu-se a percepção na relação amigo/inimigo. Quando se perde o entendimento de quem são os verdadeiros adversários na arena política, perde-se a estratégia para o seu enfrentamento. Política é circunstância, O aliado de hoje, poderá ser o principal adversário de amanhã.

O governo Dilma perdeu a noção da natureza das forças e da multiplicidade de crises que estava enfrentando. Havia sinais evidentes, desde o final de seu primeiro mandato, de uma conspiração em andamento. Seu governo não foi prudente o suficiente para antever o quadro futuro, tomando medidas para evitar o advento do desastre.

Se um líder político não for capaz de lidar com os pressupostos do poder e do jogo político, cairá inevitavelmente em uma armadilha. Foi o que aconteceu com a Presidente Dilma Rousseff, deposta do poder por uma conspiração política, jurídica, empresarial, midiática e parlamentar.

## REFÊRENCIAS

AB'SÁBER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. 1 ed. São Paulo: Hedra, 2015.

ARRUDA, L. R. **O voo das notícias: o Jornal Nacional e as eleições 94**. 1995. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Ciências Sociais Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

CALGARO, Fernando; PASSARINHO, Nathalia. **Eduardo Cunha anuncia rompimento com o governo e diz que é 'oposição'**. G1. Brasília. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/eduardo-cunha-anuncia-rompimento-politico-com-o-governo-dilma.html>> Acesso 18/06/2017.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GRAMSCI, Antônio. **Obras escolhidas**. Tradução Manuel Cruz; revisão Nei da Rocha Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

JÚNIOR, João; SASSARA, Luna. **O terceiro turno de Dilma Rousseff**. Saúde Debate. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v40nspe/0103-1104-sdeb-40-spe-0176.pdf>> Acesso em 05/06/2017.

LOPES, Pedro; SEGALLA, Vinicius. **Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment**. UOL. São Paulo. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>. Acesso em 15/06/2017.

LOURENÇO, Iolando. **PT decide votar contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética**. EBC. Brasília. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-12/pt-decide-votar-contra-eduardo-cunha-no-conselho-de-etica>> Acesso em 18/06/2017.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. (Título original Il Principe revisto por Maria d Fátima C. A. Madeira). Tradução Pietro Nasseti, 8° ed. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Introdução: Jacob Gorender, tradução: Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATOSO, Filipe; CALGARO, Fernanda. **Dilma anuncia pacote anticorrupção e oficializa entrega ao Congresso**. G1. Brasília. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-encaminha-ao-congresso-nacional-pacote-anticorruptao.html>> Acesso em 10/05/2017.

MIGUEL, L. F. **Mídia e manipulação política no Brasil: a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 a 1998**. Comunicação & Política, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2-3, p. 119-138, 1999.

ORTELLADO, Pablo. **A negação de Junho, quatro anos depois**. Folha de S. Paulo. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2017/06/1892297-a-negacao-de-junho-quatro-anos-depois.shtml>> Acesso em 14/06/2017.

PASSARINHO, Nathalia. **Eduardo Cunha autoriza abrir processo de impeachment de Dilma**. G1. Brasília. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>> Acesso em 18/06/2017.

SCHREIBER, Mariana. **O que é o poderoso centrão, que pode definir o sucessor de Cunha**. BBC Brasil. Brasília. Disponível em <[http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36771079?ocid=socialflow\\_facebook](http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36771079?ocid=socialflow_facebook)> Acesso em 16/06/2017.

SOUZA, Jessé (2015). **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. Tradução Miguel Serras Pereira. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

**A carreira política de Eduardo Cunha**. G1. São Paulo. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/07/trajetoria-de-eduardo-cunha.html>> Acesso em 15/06/2017.

**ESCÂNDALOS**. Manchetômetro. Disponível em <<http://www.manchetometro.com.br/index.php/analises/escandalos>> Acesso em 06/06/2017.

**MANCHETES**. Manchetômetro. Disponível em <<http://www.manchetometro.com.br/index.php/analises/manchetes/>> Acesso em: 06/06/2017.

**Na sala de visitas com Luís Nassif: Edição 41..TV** GGN. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_SZRRCf4GLs](https://www.youtube.com/watch?v=_SZRRCf4GLs)>. Acesso em 15/06/2017.

**PARTIDOS**. Manchetômetro. Disponível em <<http://www.manchetometro.com.br/index.php/analises/partidos/>> Acesso em 08/07/2017.

**Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos**. Folha de S. Paulo. São Paulo. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>> Acesso em 10/05/2017.

**Sala de visitas: Golpe 2016 e aprofundamento da crise**. Jornal GGN. Disponível em <<http://jornalggn.com.br/noticia/sala-de-visitas-golpe-2016-e-aprofundamento-da-crise>> Acesso em 09/06/2017.

**Senado aprova aumento de até 78% para servidores do Judiciário**. G1. Brasília. Disponível em <[g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/senado-aprova-aumento-de-ate-78-para-servidores-do-judiciario.html](http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/senado-aprova-aumento-de-ate-78-para-servidores-do-judiciario.html)> Acesso em 18/06/2017.